

Blecaute. Isso pode acontecer de novo?

Desde o começo do ano, já ocorreram oito cortes de energia, que deixaram milhões sem luz e lançaram a dúvida: o Brasil corre o risco de enfrentar mais um racionamento?

POR LEONARDO ATTUCH E ELAINE COTTA

Eram 23h24 da última segunda-feira 31 quando um curto-circuito atingiu uma torre de transmissão no litoral gaúcho. A explosão fez com que 100 mil pessoas no Rio Grande do Sul ficassem sem luz durante mais de quatro horas. Foi a oitava vez neste ano que o Brasil enfrentou um grande blecaute – o maior deles, no dia 1 de janeiro, deixou mais de 13 milhões de pessoas às escuras no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Naquela ocasião, a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, logo veio a público para atribuir o problema a uma falha humana e assegurar que o risco de um novo racionamento, como o que o País enfrentou em 2001, estaria totalmente descartado. O problema é que, desde então, sete outros blecautes ocorreram, lançando uma ponta de dúvida no meio empresarial. Por isso, algumas indagações vêm sendo colocadas. Há risco de um novo apagão? A economia, que finalmente voltou a crescer, corre o risco de derrapar mais uma vez na infra-estrutura? São questões legítimas diante do fato de que desde 2001 – época do curto-circuito geral da energia que chegou a deixar todo o País às escuras – ainda não ocorreram grandes investimentos em geração. “A situação hoje só está melhor do que no passado porque choveu demais, os reservatórios encheram e as hidrelétricas voltaram a funcionar a plena carga”, aponta Cláudio Salles, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. “E se não tivesse chovido tanto?”

Num regime como o brasileiro, em que 75% da geração é hídrica, o regime pluviométrico faz muita diferença. Como choveu, atualmente há até sobra de energia. Somando a demanda das empresas e dos consumidores residenciais, o mercado compra 86 mil megawatts e o sistema tem capacidade para ofertar 98 mil megawatts. É uma folga que ainda dá um certo alívio ao governo. “O sistema hoje está mais seguro do que no passado, mas ninguém pode se acomodar”, disse à DINHEIRO Silas Rondeau, presidente da Eletrobrás, que garante 60% da geração e 72% das linhas de transmissão do País. Na Eletrobrás, o volume previsto de investimentos em 2005 será de R\$ 4,6 bilhões, quase 40% acima da média de R\$ 3,2 bilhões dos cinco anos anteriores – a maior parte do dinheiro irá para a segunda etapa de Tucuruí, no Pará. A empresa também pretende disputar a usina de Belo Monte (PA), o maior projeto previsto para este ano.

Ainda que o esforço da Eletrobrás seja louvável, estima-se que o Brasil necessite de, pelo menos, R\$ 20 bilhões por ano para fazer frente ao aumento do consumo. E isso não vem acontecendo na velocidade necessária. Das 41 hidrelétricas que estão atualmente em construção, 29 estão com os cronogramas atrasados – em quase todas o problema é a dificuldade para obter licenças ambientais. Numa delas, a de Tijuco Alto (SP), a Votorantim já investiu US\$ 50 milhões, mas ainda não conseguiu ligar nenhuma turbina em razão dos entraves colocados pelo Ibama. Em razão do mesmo problema, o governo decidiu, na semana passada, adiar um grande leilão de novas concessões, que seria feito no primeiro trimestre deste ano. Isso porque, dos 17 aproveitamentos, apenas um, o de Baquari (MG), já tem a licença dos órgãos ambientais – e este é um projeto pequeno, de 140 megawatts. “Como o governo não conseguiu resolver a questão ambiental, o País terá problemas logo; na melhor das hipóteses em 2008”, diz Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. Diante disso, várias empresas decidiram investir em geração própria. A Usiminas, por exemplo, está aplicando US\$ 60 milhões para, até 2007, produzir metade do que consome.

Mas há um outro problema. Quando ocorreu o apagão, a forma concebida para dar segurança ao sistema elétrico foi a construção de 49 usinas térmicas. Como essa é uma energia mais cara do que a das hidrelétricas, elas são acionadas apenas em períodos de escassez, ou seja, de seca. São o estepe do sistema, mas são remuneradas pelo governo. O problema é que a Petrobras, de forma unilateral, decidiu rever os contratos. Na terça-feira 1, a empresa americana El Paso, dona

de uma das principais térmicas do País, a Macaé Merchant, comunicou à CVM que não recebeu um pagamento devido pela estatal. “Em 2001, quando faltou energia, o governo implorou aos grupos privados para que investissem nas térmicas”, diz Marcelo Mesquita, estrategista do banco suíço UBS. “Se faltar de novo, o governo não terá mais credibilidade”.

Quase todos os blecautes de janeiro aconteceram devido a falhas no sistema de transmissão. Segundo o Operador Nacional do Sistema, órgão responsável pela área, o Brasil deveria ter ganho 6 mil novos quilômetros de linhas desde 2003. No entanto, foram construídos 4,9 mil. “Os investimentos nessa área, que deveriam ter sido feitos pela Eletrobrás, foram reprimidos em nome do superávit primário negociado com o FMI”, acusa Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da estatal. Silas Rondeau, seu sucessor, rebate. “Vamos fazer o superávit sim, mas hoje estamos investindo muito mais”. Seja como for, o próprio Silas iniciou uma viagem de helicóptero, na quinta-feira 3, da usina de Itaipu, no Paraná, até São Paulo, para vistoriar as condições das linhas de transmissão e das subestações. Tudo para evitar novos blecautes.

AS MAIORES HIDRELÉTRICAS DO PAÍS

Itaipu	Paraná	6.300 megawatts
Tucuruí	Pará	4.001 megawatts
Ilha Solteira	São Paulo	3.444 megawatts
Paulo Afonso	Alagoas	3.462 megawatts
Xingó	Sergipe	3.162 megawatts
Itumbiara	Goiás	2.124 megawatts

OS GRANDES NÚMEROS DO SETOR ELÉTRICO

Existem 1.399 usinas no Brasil, que geram 98.352 megawatts.

74,7% da potência é hidrelétrica

21,5% vem de usinas termelétricas

2,2% da geração é nuclear

1,6% vem de outras fontes

O Brasil tem 144 grandes hidrelétricas em operação, que geram 67.882 megawatts.

Existem 821 unidades térmicas, que produzem 19.571 megawatts.

As usinas de Angra I e Angra II produzem 2.007 megawatts.

Existem ainda 69 empreendimentos em construção, que podem vir a gerar 5.920 megawatts. Destes, 73,8% são projetos hidrelétricos.

Outros 526 projetos foram outorgados. Poderiam gerar 28.240 megawatts, mas a construção não foi iniciada por falta de licença ambiental.

